2. Corpo, poder e formas de subjetivação em Foucault

Desde a Antiguidade, a relação entre o ser humano e seu corpo é objeto de investigação, e ao longo da história diferentes caminhos guiaram esta curiosidade intrínseca de nossa existência. O corpo pode ser pensado, por exemplo, do ponto de vista político, social, econômico e organicista. O enfoque organicista revela o corpo físico que corresponde ao corpo da ciência com seus órgãos, aparelhos e sistemas: o corpo carne. No entanto, um indivíduo é mais que um corpo enquanto conjunto de massa e sangue. Impelido por esta constatação, o ser humano passou a privilegiar a relação do corpo com a alma, até perceber as dificuldades que implicavam a tentativa de dissociá-los. Nossa abordagem está centrada neste ponto.

O corpo está inserido no social e, desta forma, é marcado pelo social. Por isso a dificuldade em examinarmos tanto o nosso corpo, quanto o do outro. A consequência mais comum é a tentativa de proteção, tenta-se preservá-lo, evitar ao máximo sua exposição, resguardá-lo como se essa fosse a garantia de nos livrarmos do perigo e das ameaças. Neste sentido, é de se presumir que quanto mais iguais formos uns aos outros, menos ameaçados nos sentiremos. Este parece ter sido o pensamento dominante durante muito tempo em nossa sociedade (Villaça & Góes, 1998).

O corpo é marcado pelo social, mas também o afeta, ou como nos diz Sant'Anna: "O corpo está submetido à gestão social tanto quanto ele a constitui e a ultrapassa" (Sant'Anna, 1995, p.12). A *Body Modification* surge na contemporaneidade e se apresenta como questionamento. As práticas de ornamentação e os rituais que envolvem transformações corporais são milenares, contudo, parece ser o contexto em que vivemos o motivo pelo qual as práticas da *Body Modification* apontam para um novo sentido.

Acreditando ser o corpo uma construção histórica, somos levados a pensar em sua representação social e no significado das marcas feitas em si por livre e espontânea vontade. Pensamos que na *Body Modification* não está em jogo apenas o corpo físico, o organismo do indivíduo. Ao nosso ver, este corpo traz a(s) marca(s) de sua alma, de sua história e de sua relação com o outro. Não se trata do organismo do indivíduo, mas da utilização de seu corpo como instrumento para a

constituição de uma subjetividade. Neste sentido, a obra de Foucault se mostra fundamental para o desenvolvimento de nossa pesquisa. Este autor irá nos apresentar, através de sua argumentação, de que maneira a injunção “corpo-alma-poder” irá atuar de forma a produzir subjetividade. Além disto, sua concepção sobre o poder e as lutas que se estabelecem no social, se mostra pertinente para compreendermos o movimento da *Body Modification* na contemporaneidade.

2.1. Concepção de poder em Foucault

Iremos traçar algumas considerações gerais sobre a concepção de poder para Foucault. Esta abordagem será importante para que possamos compreender como o autor apresenta a constituição da subjetividade. Embora o filósofo francês nunca tenha pretendido, nem se dedicado, a construir uma teoria sobre o poder, o conceito se mostra relevante por ser recorrente ao longo de sua obra.

Para Foucault, a questão do poder deve ser pensada, antes de tudo, como uma relação de forças. Em seu livro *Em Defesa da Sociedade* (2005), Foucault faz uma análise das transformações nas formas do poder. Ele parte do poder soberano, passa pelo poder disciplinar, até chegar ao Bio-poder. Foucault discorre sobre os discursos, os mecanismos e as táticas presentes em cada uma destas manifestações, buscando sempre associá-los a um determinado contexto histórico.

Utilizando como referência o trabalho desenvolvido por Boulainvilliers, no final do século XVII, Foucault afirma ser possível reconhecer neste texto um novo discurso sobre o poder que não corresponde ao poder de soberania que vigorava até então. O discurso do soberano se caracterizava por ser um discurso jurídico, com ênfase na questão da lei. Além de fazer prevalecer a sua vontade, o soberano dispunha de todos os recursos para favorecer seus interesses e era possuidor, inclusive, do direito sobre a vida e a morte de seus súditos.

No século XVIII surge um discurso que Foucault vai reconhecer como sendo político-histórico. A partir dos argumentos de Boulainvilliers, o filósofo apresenta a guerra como o padrão de inteligibilidade das relações do poder. Porém, esta guerra não deve ser compreendida como confrontos físicos entre inimigos ou adversários, mas sim como conflitos e enfrentamentos que se dão a todo o momento nas relações que estabelecemos uns com os outros. Esta guerra é

permanente e pode ser representada pelo esquema guerra-repressão, trazendo em si a oposição constante entre luta e submissão. Portanto, as múltiplas relações de sujeição que operam dentro do corpo social são intrínsecas à relação entre dominação e sujeição dos indivíduos (Foucault, 2005).

Para o autor existem, basicamente, três tipos diferentes de luta:

Contra as formas de dominação (étnica, social e religiosa); contra as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que eles produzem; ou contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo, aos outros (lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão) (Foucault, 1995, p.235).

Estas últimas seriam as encontradas com maior frequência na contemporaneidade. São, na verdade, as que despertam o maior interesse do autor, além de também se mostrarem as mais adequadas aos propósitos desta pesquisa.

O poder deve ser pensado não como uma propriedade, como um bem que alguém possui e que pode ser cedido a uma outra pessoa, mas ele deve ser pensado a partir do caráter relacional entre os termos que o integram. Isto implica que as relações de poder devem ser analisadas a partir de seus componentes. Como principal característica, podemos apontar os jogos de forças que se estabelecem entre indivíduos ou grupos. Estas relações de forças atuam como ações de uns sobre outros, são “ações que se induzem e se respondem umas às outras” (Foucault, 1995, p.240). Em suma: são ações sobre ações. Para o autor, toda relação de forças está ancorada em uma determinada constituição histórica. Desta forma, é apenas através da análise dos conteúdos históricos, presentes no momento em que esta se encontra inserida, que podemos descobrir as clivagens dos movimentos e das lutas que permeiam todas as relações de poder. Portanto, não podemos falar em “o” poder ou “do” poder.

Ainda baseado na análise do trabalho apresentado por Boulainvilliers, Foucault afirma que esta guerra divide continuamente todo o corpo social e o faz de um modo binário, colocando-nos uns contra os outros, mesmo em tempos de paz. O resultado é que cada um passa a defender o seu direito, seja através de alianças, ou de traições. Manifestando-se muitas vezes de forma latente, torna-se necessário estarmos o tempo todo buscando o contexto histórico-político em que esta guerra encontra-se inserida, a fim de que possamos compreendê-la mais claramente.

Este discurso vai acentuar, cada vez mais, o vínculo entre as relações de forças e as relações de verdade. Verdade esta que não pode ser considerada como universal, mas sempre parcial, marcada pela posição em que o sujeito que fala encontra-se inserido. O sujeito que fala traz em sua voz as marcas de um determinado momento histórico e faz o seu discurso falando “da” e “a partir da” sua verdade (Foucault, 2005).

Para o autor, este tipo de discurso reflete os enfrentamentos e conflitos que permeiam as relações sociais e que, muitas vezes, se manifestam como uma guerra de raças. A guerra, assim apresentada, atua como matriz para análises futuras dos mecanismos da guerra social. No século XIX, estes mecanismos terão como desdobramentos as lutas de classes. Posteriormente, eles surgem novamente como lutas de raças, mas em uma vertente bastante distinta, o que acarreta uma mudança marcante na forma de funcionamento deste discurso. O conflito já não surge mais entre raças diversas, como é o caso das guerras de conquistas, ele desponta como um conflito interno entre uma raça que se desdobra em super-raça e sub-raça. Como nos diz o autor:

“A outra raça não é aquela que veio de outro lugar, não é aquela que, por uns tempos, triunfou e dominou, mas é aquela que, permanente e continuamente, se infiltra no corpo social, ou melhor, se recria permanentemente no tecido social e a partir dele” (Foucault, 2005, p.72).

Portanto, podemos entender por guerra de raças os enfrentamentos de dois grupos que, apesar de habitarem o mesmo espaço, não se misturam em função de inúmeras diferenças. Diferenças estas que podem ser econômicas, de costumes, religiosas, etc. A importância deste desdobramento pode ser compreendida se pensarmos que esta questão das raças permanecerá como matriz para todos os enfrentamentos futuros. Tais enfrentamentos se darão da seguinte forma: um enfrentamento contínuo entre uma raça dominante – detentora do poder e titular da norma – e os que se encontram fora desta norma. Este discurso passará a operar como instrumento para segregação, eliminação e normalização da sociedade, onde a temática racista estará a serviço das estratégias globais do conservadorismo social. Este parece ser um ponto bastante importante para nossa discussão sobre a *Body Modification* como forma de subjetivação contemporânea, posto que na sociedade atual, o diferente passa a ser, muitas vezes, considerado como patológico.

Foucault não tem o propósito de analisar o poder em suas formas jurídica e regulamentada. Ele não parte de uma forma central: sua análise se inicia em suas ramificações, onde o poder se torna capilar, buscando ver sua inserção e utilização em instituições e visando apreender suas técnicas, seus instrumentos de intervenção, assim como seus efeitos reais. Em outras palavras, Foucault se deterá na seguinte questão: de que forma a incidência do poder, através dos procedimentos contínuos e ininterruptos, atua sobre uma multiplicidade de corpos e de forças de forma a produzir a sujeição dos mesmos, de seus gestos e comportamentos.

Como já dissemos, o que está em questão é a maneira pelo qual a incidência do poder sobre os corpos irá produzir modos de subjetivação.

Na realidade, o que faz que um corpo, gestos, discurso, desejos sejam identificados e constituídos como indivíduos, é precisamente isso um dos efeitos primeiros do poder. Quer dizer, o indivíduo não é o *vis-à-vis* do poder é, acho eu, um de seus efeitos primeiros (Foucault, 2005, p.35).

Uma ressalva importante a se fazer é que para Foucault não é possível conceber o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo, irreduzível àqueles que o têm e, portanto, dominam e submetem aqueles que não o têm. Para ele, o poder é circular, se exerce em uma rede, em uma cadeia onde transita de forma a possibilitar que aqueles que estão submetidos a ele também possam exercê-lo. Desta forma, os indivíduos não podem ser considerados impotentes frente a um poder que os domina e submete, por isso, são considerados sempre como indivíduos ativos.

Ao invés de fazer um percurso descendente em sua análise, partindo da concepção de uma dominação globalizada que atinja e submeta os indivíduos, Foucault faz o percurso inverso, estabelecendo o campo próprio a uma micropolítica do poder. Utilizando-se de uma análise ascendente, ele procura demonstrar como atuam os mecanismos infinitesimais do poder, assim como suas técnicas e táticas próprias. Na visão do autor, estes mecanismos terminam deslocados, inflectidos, colonizados por outros mais gerais e por formas de dominação cada vez mais globais, inserindo os lucros da economia nestes mecanismos independentes do poder.

Estes mecanismos infinitesimais não produzem ou estabelecem uma ideologia própria, mas sim métodos e instrumentos de formação e de acúmulo de saber. Assim sendo, o poder forma, organiza e põe em circulação um saber que viabiliza sua existência, saber este que está a favor dos interesses econômicos (Foucault, 2005).

Sabemos que as relações de poder estão intrinsecamente atreladas às relações econômicas. A apropriação por formas mais gerais de dominação destes mecanismos independentes de poder surge no momento em que as tecnologias do poder criam um novo saber, o que proporciona um aumento na dominação dos indivíduos. Assim sendo, o interesse não é pelos indivíduos em si, mas pela possibilidade de dominação destes, e a conseqüente agregação de um valor econômico e político a estes mecanismos. Como conseqüência, temos o re-investimento constante do poder pelo saber e vice-versa, em uma aliança que se mostra cada vez mais absoluta.

A análise feita por Foucault das relações do poder terá, então, como base o triângulo poder-direito-verdade. Isto significa que “de um lado temos as regras jurídicas que definem formalmente o poder, do outro lado, (...) os efeitos de verdade que este poder produz, que esse poder conduz e que, por sua vez reconduzem esse poder” (Foucault, 2005, p.28). O corpo social é constituído e caracterizado por inúmeras relações de poder e estas relações não podem funcionar sem uma certa economia do discurso que as re-alimente. Desta forma, segundo Foucault, o poder necessita estabelecer uma verdade para operacionalizar suas relações. Uma vez que esta verdade funciona como norma, estes discursos da verdade teriam efeitos muito potentes na sociedade contemporânea, pois, de acordo com o autor, estamos submetidos constantemente a sermos “julgados, condenados, classificados, obrigados a tarefas, destinados a uma certa maneira de viver ou a uma certa maneira de morrer, em função de discursos verdadeiros, que trazem consigo efeitos específicos de poder” (Foucault, 2005, p.29).

O trabalho do autor se caracteriza pela constituição de uma genealogia do seu objeto de estudo, seja este a loucura, a sexualidade ou as relações de poder. Por genealogia compreendemos o estabelecimento de um “diagnóstico da sociedade moderna baseado nas relações entre poder, saber e corpo” (Dreyfuss & Rabinow, 1995, p.117). Neste contexto, seu objetivo parece ser estabelecer as

lutas travadas entre os saberes sujeitados e os discursos dominantes, os saberes ditos eruditos. Devemos compreender por saberes sujeitados os saberes singulares, locais, constituídos de “conteúdos históricos que foram encobertos pelas sistematizações formais” e que são “desqualificados, considerados saberes não conceituais” (Foucault, 2005, p.11-12). Esta relação saber-poder é indissociável e se encontra presente ao longo da história, podendo manifestar-se de formas diversas.

De acordo com Foucault podemos considerar que em nossa sociedade o discurso da ciência se apresenta como o discurso dominante. Este se caracteriza por ser um discurso formal e universal que funciona como um policiamento disciplinar dos saberes. Enquanto o discurso científico se situa no eixo conhecimento-verdade, estes saberes estão em um outro eixo: no eixo discurso-poder e implicam em uma prática discursiva que visa ao enfrentamento do poder.

Mas de que forma podemos compreender esta afirmação do autor? Talvez isto nos fique mais claro se tivermos como pano de fundo os enfrentamentos entre os saberes tecnológicos e a ciência que se desenrolaram ao longo do século XVIII. Naquela sociedade, os saberes tecnológicos eram saberes múltiplos e heterogêneos, que carregavam em si efeitos intrínsecos de poder e que, em função disto, eram considerados saberes independentes. Com o desenvolvimento das forças de produção e das demandas econômicas, o conhecimento gerado por estes saberes independentes proporcionava àqueles que o detinham independência e riqueza. A partir desse momento começa, então, uma luta econômico-política em torno destes saberes.

As tentativas de apropriação e generalização por parte do Estado terão uma participação ativa mediante quatro procedimentos: eliminação e desqualificação dos saberes que fossem considerados inúteis e dispendiosos; normalização dos saberes entre si, que permite o intercâmbio entre os saberes e também entre aqueles que o detém; classificações hierárquicas destes saberes que os colocam em uma relação desde os mais específicos até os mais gerais e formais, e passam a atuar como diretrizes do saber; e por último, uma centralização piramidal destes saberes de forma a permitir um controle sobre eles, estabelecendo uma comunicação de mão dupla que permite a transmissão de baixo para cima dos seus conteúdos e de cima para baixo das direções do conjunto e da organização geral que irá prevalecer (Foucault, 2005). Estes são os princípios que transformam estes

saberes múltiplos em disciplinas e que permitem a constituição de um campo mais global reconhecido como ciência.

Como vimos, o discurso científico apresenta-se como o discurso dominante em nossa sociedade. Cabe à genealogia buscar confrontar os efeitos de poder que estão associados a este discurso. A nós, cabe pensar sobre esta concepção de poder-saber e sobre como o autor articula os efeitos desta injunção sobre os corpos e seus efeitos subjetivantes. Outra questão é de que forma o estabelecimento da guerra como padrão de inteligibilidade das relações do poder pode nos ajudar a compreender os mecanismos do poder na contemporaneidade. Para isto, precisamos ter em mente que, segundo Foucault, esta guerra foi concebida e desenvolveu-se ao longo do século XVIII como guerra das raças que implica em uma divisão social baseada em um padrão de normatividade.

O importante é pensarmos que, para o autor, a relação saber-poder encontra no corpo seu suporte e campo de atuação, e que esta relação é um mecanismo geral do poder característico da sociedade ocidental contemporânea. A esta tecnologia política do corpo corresponde toda uma microfísica do poder que encontra nas instituições seu suporte. Porém, não podemos afirmar que seu funcionamento restringe-se a estas. O que pode ser observado é o funcionamento desta tecnologia política do corpo entre estas instituições e aparelhos, e as forças e materialidade dos corpos propriamente ditos (Dreyfuss & Rabinow, 1995).

Para compreendermos melhor a concepção de Foucault sobre o poder e, principalmente, sobre como este incide sobre os corpos provocando efeitos de subjetivação, utilizaremos os estudos apresentados em seu livro *Vigiar e Punir* (2003a), onde o autor vai centrar suas análises nas transformações do poder que ocorreram nos séculos XVII e XVIII e fizeram surgir um novo tipo de poder denominado pelo autor de poder disciplinar. Ele parte do poder soberano característico do século XVI, poder este que teria como um de seus atributos fundamentais o direito de vida e de morte sobre seus súditos, até chegar ao que o autor intitula Bio-poder, cujo foco de incidência será o homem como ser vivo, no que poderia ser reconhecido como uma estatização do biológico. O autor irá traçar, então, um panorama sobre as transformações do poder e suas implicações para a constituição da subjetividade.

Segundo Foucault, o efeito do poder soberano só se manifesta sobre a vida na medida em que o soberano pode matar. Desta forma, será sempre a partir da

morte que se pode observar a incidência do poder soberano. Poderíamos caracterizá-lo em uma frase: “É o direito de fazer morrer ou de deixar viver” (Foucault, 2005, p.287). Mas o que isto quer dizer? Quais são as transformações efetivas que este novo direito vai trazer para a constituição da subjetividade? Para responder a estas questões precisamos estar atentos às transformações nos mecanismos e nas técnicas do poder. Para o autor, nos séculos XVII e XVIII surgem técnicas de poder que têm por objeto o corpo individual.

2.2. Poder Disciplinar

Em *Vigiar e Punir* (2003a), Foucault apresenta uma análise sócio-histórica das relações entre o poder e sua incidência sobre os corpos, mapeando as formas de subjetivação que advêm destas interações. A tese do autor sustenta que as mudanças nas relações de poder geram transformações na constituição da subjetividade. Esta concepção servirá de base para se compreender o corpo como uma construção política, histórica e social, e a subjetividade como sendo historicamente determinada, resultante das lutas de forças que o indivíduo estabelece consigo e com o meio. Esta proposta parece-nos bastante interessante para que possamos compreender, tanto o estatuto do corpo na contemporaneidade, bem como as novas formas de subjetivação que daí resultam.

O filósofo afirma que, aproximadamente, um século separa o castigo, que incide sobre o corpo dos condenados na forma de suplício, da punição que se caracteriza pelo aprisionamento, pela restrição da liberdade, visando - através das técnicas de controle impostas pelos mecanismos disciplinares do poder - a incidir o mínimo possível sobre o corpo. Esta mudança na formulação da punição traz conseqüências.

Mas o que se está dizendo com isto? Que a pena, a punição, passou a ter um objetivo diferenciado. Se antes, o cumprimento da pena pelo condenado implicava em um espetáculo para a população, não mais se entrega o condenado à exibição pública de seus suplícios, de suas dores e sofrimentos. Estes espetáculos terminavam por igualar o horror frente aos crimes cometidos com o horror advindo frente à crueldade com que o condenado era entregue a sua pena.

Ambivalência que se caracterizava pela confusão de papéis entre carrasco e condenado: quem ali era o criminoso? Isto pode ser considerado justiça?

Para evitar situações em que a justiça e, conseqüentemente, o poder perdessem suas forças e dessem margem para que o condenado pudesse ser glorificado como um mártir, era necessária uma mudança. A ambivalência deveria ser extinta, cada qual teria seu papel bem definido: o condenado deveria ser marcado negativamente e caberia aos juizes implementar medidas que visassem corrigir, reeducar e “libertar do mal” os condenados.

A partir de então, as penas podem permanecer incidindo sobre o corpo, mas não através do suplício e da dor física. Impondo-se ao sentenciado a tarefa de trabalhos forçados e destinando-o à reclusão, o corpo torna-se o instrumento pelo qual o sujeito é privado de sua liberdade, algo que é considerado como um direito e um bem. Desta forma, procura-se atingir não somente o corpo, mas sobretudo a alma do prisioneiro. Como nos diz o autor: “À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições” (Foucault, 2003a, p.18).

Aqui chegamos a um ponto relevante: a relação que se estabelece entre pena e alma implica uma série de transformações naquilo que passa a ser objeto de julgamento. Se na Idade Média bastava ter o conhecimento sobre o delito, sobre quem seria o autor de tal ato e qual era a lei para se estabelecer a verdade a fim de poder proferir um julgamento, agora o conhecimento sobre quem praticou este crime e sobre o que o motivou a cometê-lo passam a ser considerados. Isto significa que uma série de fatores subjetivos passa a ser incorporada em um julgamento. Atenção: o que está em questão continua a ser o crime ou delito cometido, mas as circunstâncias em que este fora cometido, a motivação, se há ou não antecedentes criminais, passam a ter uma função determinante sobre a pena a ser aplicada.

Mas que conseqüência surge desta alteração na prática penal? Embora se afirme que o que está sendo julgado é o crime, percebe-se uma gama de sentimentos envolvida em sua análise e julgamento. Mais do que o crime cometido é a pessoa que o cometeu que está sendo julgada. Sob a proposta de se entenderem as causas do crime e as razões do criminoso, que poderiam servir como atenuantes da pena, está a proposta de que é necessário conhecer este criminoso, saber sobre sua disposição e capacidade de viver conforme a lei, saber

o que é possível esperar dele no futuro. Resumidamente, trata-se aqui de qualificá-lo. E, para isto, faz-se uso da ciência utilizando-se desde os conhecimentos da psiquiatria, à antropologia criminal. Vários especialistas passam a fazer parte do processo judicial e, desta forma, surge todo um saber científico sobre o indivíduo. A alma é julgada e passa a fazer parte da pena como forma de controle do indivíduo. A alteração nas formas de punição implica alterações na forma do poder e na maneira que este incide no corpo, pois este é constantemente investido por relações de poder e de dominação. Aqui, pode-se perceber a origem da grande transformação nas relações do poder e em sua forma de atuação sobre os indivíduos que dará origem ao que Foucault denominou como sociedade disciplinar (Foucault, 2003a).

É necessário esclarecer a relação entre corpo e alma para que se possa compreender de que forma a suavização das formas de punição passa a ter uma função política, tal como o autor a compreende. Intrinsecamente ligados, a alma é produzida no corpo que se encontra sujeitado aos mecanismos de poder. Como nos mostra o autor:

Não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe, que tem uma realidade, que é produzida permanentemente, em torno, na superfície, no interior de um corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos – de uma maneira mais geral sobre os que são vigiados, treinados e corrigidos, sobre os loucos, as crianças, os escolares, os colonizados, sobre os que são fixados a um aparelho de produção e controlados durante toda a existência.... Esta alma real e incorpórea não é absolutamente substância; é o elemento onde se articulam os efeitos de um certo tipo de poder e a referência de um saber, a engrenagem pela qual as relações de poder dão lugar a um saber possível, e o saber reconduz e reforça os efeitos de poder (Foucault, 2003a, p.28).

Fica claro que, para o autor, o corpo, as relações de poder e as formas de subjetivação caminham sempre juntos. Como veremos mais adiante, o pano de fundo desta injunção serão as questões econômicas, que visam a produzir corpos adaptados, conformados, submissos e produtivos. Desta forma, qualquer transformação nas relações de poder implica em transformações nas formas de subjetivação.

Surge um novo poder de punir baseado neste saber sobre o indivíduo, e esta aliança “saber-poder” está a serviço dos mecanismos coercitivos do poder de forma a manter seus interesses: formatar indivíduos economicamente produtivos e

socialmente adaptados, submissos. A punição passa a ser uma tática política que busca intervir sobre os corpos de forma a transformá-los em corpos dóceis: corpos que têm suas forças produtivas multiplicadas e que são esvaziados na potência que poderia resultar disto. Este novo tipo de saber constitui-se como uma tecnologia política do corpo e traz aliado a si um novo tipo de poder. Poder este que se caracteriza pela utilização de mecanismos disciplinares que atuam sobre os corpos como forma de controle, aumentando sua utilidade em termos econômicos e estabelecendo a sujeição constante de suas forças. Mecanismos que começam a ser utilizados em escolas, fábricas, hospitais, prisões e no exército. Vamos nos ater a estes mecanismos disciplinares.

Os mecanismos disciplinares manifestam-se como uma força coercitiva do poder que atua sobre gestos, comportamentos, atitudes e sobre o tempo. Estabelecem lugares, definem funções, esquadrinham e mapeiam. Acima de tudo, controlam e submetem os corpos e, conseqüentemente, os indivíduos, visando a aumentar a sua produtividade e eficácia. Tudo é feito de modo a estabelecer uma ordem sobre o coletivo e extrair o máximo de produtividade sem, no entanto, aumentar sua potência política. Atua de maneira a isolar os indivíduos, para então dispô-los de forma a que estabeleçam redes de relações que se mostrem mais produtivas. “A disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício” (Foucault, 2003a, p.143).

O poder disciplinar pode ser descrito, então, como o poder que se exerce com o mínimo de dispêndio e o máximo de eficácia. É uma invenção da burguesia e foi um dos instrumentos fundamentais para a implantação do capitalismo industrial e, conseqüentemente, da sociedade que nestes moldes se origina (Foucault, 2005).

Para que se consiga o melhor resultado através da união de singularidades é necessário que se tenha um grande conhecimento sobre cada indivíduo, a fim de que se possa planejar de que forma estes serão agrupados. Quanto mais conhecimento se tiver, mais facilmente se exerce o poder e a maneira mais simples de se obter conhecimento sobre alguém é observando-o, examinando-o, exercendo sobre ele uma vigilância constante para que seus comportamentos se tornem conhecidos. Os mecanismos do poder disciplinar começam, assim, a estabelecer uma arquitetura que torne possível a observação constante dos

indivíduos. É instituída a vigilância hierarquizada e, através desta, tem-se uma rede que se estende sobre toda a superfície a ser controlada.

Aqui um ponto se torna pertinente: nesta estrutura todos se tornam visíveis. Isto implica que todos podem ser constantemente vigiados, inclusive aqueles que são encarregados de vigiar. Multiplicação de um poder que permeia todas as relações e percorre todas as direções, que se mostra anônimo e contínuo e que se exerce em qualquer instituição em que haja confinamento. Seja na escola, fábrica, hospital, exército, ou em qualquer outra instituição, existem regras próprias a serem seguidas pelos indivíduos que ali se encontram. Elas têm por finalidade a adoção de comportamentos padronizados e utilizam a punição como forma de correção dos comportamentos desviantes. Na busca pela homogeneização estabelece-se a norma a partir da qual os indivíduos são dispostos em uma hierarquia que toma como base suas capacidades. Isto é, estabelece-se, em função da norma, um padrão que deve ser seguido ou alcançado pelos indivíduos do conjunto. Esta norma funciona como uma forma de coerção, pois estabelece a anormalidade, caracterizando-a como uma prática de exclusão. Apesar disto, ao permitir que se meçam os desvios, permite-se que se estabeleçam as diferenças e que se usem as individualidades de forma mais produtiva para o conjunto.

Em todas estas instituições a vigilância é constante. O olhar transforma-se em mecanismo coercitivo de poder. Como exemplo maior, podemos citar o Panóptico de Bentham, onde a visibilidade constante do detento automatiza o funcionamento do poder e, ao mesmo tempo, o desindividualiza. Ao possibilitar que o detento seja observado constantemente, sem que enxergue seu observador, a arquitetura do Panóptico faz funcionar o poder independente de uma presença física. O poder transforma-se em uma engrenagem de funcionamento maquínico. Mais do que uma construção arquitetônica representa um mecanismo do poder em seu funcionamento ideal, e sua utilização pode ocorrer em uma multiplicidade de instituições. Seu objetivo: fazer funcionar as relações de poder de modo não violento, tornando-as mais fluídas. Com o advento do Panóptico e sua utilização nas mais diversas instituições, vemos uma tecnologia do poder disciplinar recobrir todo o campo social.

A progressiva generalização dos dispositivos disciplinares ao longo dos séculos XVII e XVIII dá origem ao que Foucault denominou sociedade disciplinar (Foucault, 2003a). A disciplina transforma-se em tecnologia do poder aplicada em

uma sociedade que visa cada vez mais indivíduos mais úteis e produtivos economicamente. Desta forma, a vigilância sobre os comportamentos dos indivíduos se torna preciosa: é ela quem vai possibilitar o conhecimento que está sempre aliado ao poder. A sociedade disciplinar produz, então, certo tipo de indivíduo que se caracteriza por uma multiplicação das suas forças produtivas aliadas a uma docilidade, a uma submissão que reduz sua potência em termos de resistência. Tal submissão fixa, combina, organiza, agrupa e reagrupa seus indivíduos tendo por base suas capacidades de obter sempre o melhor resultado na junção de suas potencialidades, sempre esvaziando, no entanto, a potência política da multidão (Foucault, 2003a). Segundo Foucault, a disciplinização das sociedades busca estabelecer uma certa forma de controle racional e econômico entre as atividades produtivas, as redes de comunicação e o jogo das relações de poder. Como nos diz o autor:

Nossa sociedade não é de espetáculos, mas de vigilância; sob a superfície das imagens, investem-se os corpos em profundidade; atrás da grande abstração da troca, se processa o treinamento minucioso e concreto das forças úteis; os circuitos da comunicação são os suportes de uma acumulação e centralização do saber; o jogo dos sinais define os pontos de apoio do poder; a totalidade do indivíduo não é amputada, reprimida, alterada por nossa ordem social, mas o indivíduo é cuidadosamente fabricado, segundo uma tática das forças e dos corpos (Foucault, 2003a, p.178-179).

De acordo com Foucault, a disciplina tem por objetivo reger a multiplicidade dos homens de forma que esta multiplicidade redunde em corpos individuais que possam ser treinados, vigiados, “utilizáveis” e, eventualmente, punidos (Foucault, 2005). Porém, ele afirma que, ao longo do século XIX, observamos o surgimento de uma nova tecnologia que irá permitir uma outra tomada de poder sobre o corpo.

As transformações ocorridas no direito político ao longo deste século trarão um novo direito que, ao invés de substituir o anterior, irá completá-lo e transpassá-lo, caracterizando-se como “direito de fazer viver ou de deixar morrer” (Foucault, 2005, p.287). Desta vez, o corpo-homem não atuará mais sobre o corpo individual, mas sobre o homem-vivo, sobre a multiplicidade dos homens, tendo efeitos massificantes e não individualizantes como no poder disciplinar. Seu foco será o homem-espécie, que forma uma massa global afetada por processos próprios à vida, tais como nascimento, morte, modos de produção, doença, meio

ambiente e etc. Trata-se do Bio-poder, caracterizado por uma intervenção que procura propiciar a saúde e o bem-estar dos indivíduos através da criação de mecanismos reguladores da própria vida desta população.

2.3. O Bio-poder

Foucault nos apresenta o Bio-poder como uma forma de poder em que o Estado parece ter uma atuação maior no controle da sociedade, através do desenvolvimento de diretrizes políticas que atuam sobre a população com o intuito de gerar e garantir o bem-estar e a saúde dos indivíduos. Os mecanismos deste poder caracterizam-se pela produção de estatísticas, previsões e medições globais que vão gerar todo um conhecimento sobre a vida, permitindo uma atuação de forma a prevenir quanto a acontecimentos naturais concernentes a esta, buscando preservá-la, prolongá-la e torná-la mais produtiva.

São os próprios mecanismos reguladores que irão produzir um saber sobre a população e permitir uma atuação sobre ela. Muito mais do que a busca por uma disciplina, o que está em jogo é a busca por equilíbrio, por regularidade na vida da população, uma regulamentação que atuará como forma de intervenção na vida e na forma de viver. Tanto o poder disciplinar como o Bio-poder incidem sobre os corpos, mas atuam em níveis diferentes. Um não é substituto do outro, muito pelo contrário: parecem articularem-se e completarem-se. Ambos têm como objetivo maximizar as forças e buscar a forma menos dispendiosa de extrair proveito delas. No ponto de interseção entre os dois mecanismos, encontramos a norma. É a norma que vai poder ser aplicada tanto a um corpo que se busca disciplinar, quanto a uma população que se quer regulamentar (Foucault, 2005).

Se quisermos refletir sobre esta interseção entre o disciplinar e a regulamentação, entre o individual e o coletivo, podemos pensar na questão da sexualidade, que requer tanto uma disciplina individual, quanto uma regulação social e que se tornou objeto e fonte constituinte de saber próprio.

É através da sexualidade que o Bio-poder encontrará o veículo para sua disseminação pela estrutura social. Mas de que forma a sexualidade passa a funcionar como estratégia política para a disseminação de um tipo de poder? Precisamos nos ater a este ponto, pois ele é crucial para entendermos a concepção

de Foucault sobre a constituição da subjetividade contemporânea. Para isto será necessário acompanharmos o pensamento do autor acerca da história da sexualidade.

2.4. Hipótese repressiva

No primeiro volume da *História da sexualidade – A vontade de saber* (2003b), Foucault afirma que no século XVII ainda existia uma certa liberdade a respeito da sexualidade que se manifestava na exposição dos corpos, nas práticas sexuais, assim como nas palavras utilizadas para se falar sobre sexo. Contudo, o período é igualmente atribuído ao início da Idade da Repressão.

A partir de então, não se poderia mais falar livremente sobre sexo. Ele passa a encontrar abrigo no seio familiar, onde sua função fica restrita à procriação. O casal conjugal passa a ser o modelo detentor da lei e da norma. A importância da repressão à sexualidade é facilmente justificada pelas questões que concernem à sociedade capitalista, que começara a se desenvolver naquela época. A sexualidade passa a ser considerada desagradável, pois desvia a atenção do indivíduo daquele que deve ser seu principal foco dentro de um contexto capitalista: a produção. A seu favor, apenas o caráter de reprodução que garante o aumento e a constante renovação da força produtiva. Desta forma, no sexo estaria representada a forma geral de dominação do capitalismo: a repressão (Dreyfuss & Rabinow, 1995).

Com o encarceramento do sexo no centro da família burguesa e o advento do movimento de repressão esperava-se o silêncio, o desaparecimento e a inexistência de todas as questões sexuais, no entanto, o que pôde ser observado foi a incrível proliferação dos discursos sobre a sexualidade ao longo do século XVIII. Nesse momento, toda a restrição imposta aos atos sexuais e a exibição dos corpos parece ter explodido em palavras. Como podemos explicar esse fato? Mais uma vez, o capitalismo é utilizado como justificativa: se a repressão é a forma geral de dominação deste modelo de sociedade, falar sobre sexo poderia ser considerado uma forma de resistência ao poder. O falar sobre sexo surge como um desabrochar da verdade, uma atitude desafiadora ao poder repressor.

O trabalho de Foucault contempla a desconstrução da hipótese repressiva como algo próprio ao mecanismo do poder. Esta idéia implica uma visão do poder como algo negativo, coercitivo e que exige obediência e submissão, idéias que são completamente contrárias ao pensamento do autor. Ele parte do princípio de que esta proliferação de discursos não é o efeito de uma censura, mas sim o resultado de uma aparelhagem do poder que visa à produção de um saber sobre o sexo.

Logo, teríamos um grande aumento de discursos que funcionam em diferentes instituições e que são produzidos por mecanismos diversos. Para o autor, são estes mecanismos do poder que, levados por interesses econômicos, acabam por transformar o sexo em um assunto político e, conseqüentemente, em algo que deve ser administrado (Foucault, 2003b). Porém, segundo Foucault, o advento do capitalismo e a conseqüente justificativa baseada na hipótese repressiva não servem para explicar a proliferação dos discursos sobre a sexualidade. Como, então, o autor explica este fenômeno tão característico dos últimos três séculos? E de que forma justifica sua hipótese de que estes discursos resultam de uma estratégia do poder? A resposta, segundo ele, encontra-se no Cristianismo e no tipo de poder associado a ele, isto é, no poder pastoral.

Segundo Foucault, o Cristianismo pode ser definido por três características fundamentais: regra da monogamia, função de reprodução da sexualidade e desqualificação do prazer sexual feita através da afirmação de que o prazer é um mal que acomete o homem e que o leva ao pecado. No entanto, ele afirma que estas características não surgiram com o Cristianismo, mas já se encontravam presentes desde o Império Romano, tendo sido inclusive aceitas pela maior parte daquela população.

Para o autor, o papel do Cristianismo foi o de fazer funcionar um novo mecanismo do poder que visava a inculcar, cada vez mais, estes princípios na população. Este novo mecanismo é o que ele chama de poder pastoral no qual alguns indivíduos, independente de suas características morais ou pessoais, passam a exercer a função de condutores morais de outros indivíduos. O fato de existir este tipo de poder implica que há uma salvação para todo indivíduo. Porém, esta salvação não aparece como uma escolha pessoal, mas sim como uma obrigação.

Para que esta salvação seja alcançada, é necessário que este indivíduo atribua a alguém a autoridade para aceitar a sua salvação. Isto nos traz duas

implicações: 1) aceitar a autoridade de alguém significa que este alguém deverá saber sobre seus atos de forma a poder julgar se estão corretos ou não e se realmente o conduzirão à salvação; 2) justamente por isso, o poder passa a exercer um controle e uma vigilância muito mais sofisticados e contínuos, manifestos na figura do pastor, e uma obediência irrestrita por parte do indivíduo. Esta obediência será cada vez mais interiorizada como virtude e servirá como o alicerce para todas as outras virtudes que se deseja alcançar (Foucault, 1978b). Podemos perceber aqui de que forma esta obediência atuará como uma forma de submissão e sujeição do indivíduo aos mecanismos do poder.

Outra característica importante do poder pastoral é a geração de uma série de técnicas e procedimentos para a produção de verdade. O pastor é um mestre e transmite os ensinamentos da Bíblia, mas para exercer sua função precisa conhecer o que se passa na vida e na alma de cada membro de seu rebanho, ou seja, precisa conhecer a interioridade de cada um: seus segredos. Neste sentido, a produção da verdade subjetiva é um ponto fundamental no exercício do poder pastoral.

O modo de conhecer a verdade se dá através do exame de consciência que a técnica da confissão permite. É necessário confessar para não cair em tentação, para não sucumbir aos prazeres da carne. É na confissão que se produz à verdade. Aqui encontramos o ponto de ancoragem da argumentação de Foucault: esta foi a forma que o Cristianismo encontrou para fazer funcionar um tipo de poder que controlava os indivíduos a partir da sexualidade e colocava em prática um determinado tipo de moral.

Através do Cristianismo, temos a disseminação de um código moral por todo o tecido social no qual a sexualidade, assim como o corpo no qual esta estava encarnada, tinham um duplo papel: atender às necessidades de reprodução, de organização familiar, mas também funcionar como instrumento que pode levar o indivíduo a exceder os limites deste código moral (Foucault, 1978b).

O dispositivo da confissão foi incorporado nas mais diversas instituições e fomentou diferentes discursos. Desde as instituições jurídicas, passando pela pedagogia, até a medicina, a confissão passou a atuar como elemento fundamental na produção de um saber sobre o indivíduo. Foi na medicina que ele desempenhou um papel extremamente importante com ênfase na produção de uma verdade

sobre o sexo e também sobre o indivíduo. Mas de que forma este saber se colocou a serviço dos mecanismos do poder?

Podemos dizer, em conformidade com o autor, que esta profusão de discursos sobre o sexo culminou com a construção de uma ciência que tem por objeto o estudo, justamente, da sexualidade e do indivíduo. Este discurso será capaz de fazer funcionar este poder e será efeito de sua própria economia, produzindo um tipo de saber aprofundado e que se amplia por vários outros saberes no plano sócio-cultural, tais como a psicologia, a psiquiatria, a pedagogia, etc. (Foucault, 2003b). É nesta injunção que surge a psicanálise como ciência em que a sexualidade será constitutiva de um modelo de subjetivação. Teremos que nos deter um momento sobre isto.

2.5. *Scientia Sexualis*

Como vimos, segundo Foucault, o papel da hipótese repressiva - mais do que fazer uma interdição do sexual - serviu como uma incitação à construção de um saber sobre o sexo. Podemos dizer, em concordância com o autor, que a hipótese repressiva teve uma função tática em uma técnica de poder muito mais abrangente, isto é, para além de uma repressão ao sexo, o que vimos foi um mecanismo do poder que através de técnicas aplicadas sobre a sexualidade produziram uma disseminação, uma ampliação do conhecimento sexual. A partir daí, torna-se necessário falar sobre sexo. Há uma constante incitação ao discurso, mas o que era uma obrigação de falar das infrações - às leis do sexo no poder pastoral -, transforma-se em obrigação de falar a um outro e a si mesmo sobre todos os pensamentos e sensações relacionados com os prazeres sexuais.

O que norteia este tipo de discurso não é mais o que é permitido ou não nas práticas sexuais, ou que palavras se pode usar ou não para falar do sexo. Neste momento, passam a existir diferentes e múltiplos discursos que apresentam modos diversos de discorrer sobre sexo, porém todos são produtos de uma determinada forma de poder e elementos constitucionais de um saber do indivíduo e do indivíduo sobre si mesmo. Esta incitação ao discurso causou efeitos múltiplos de deslocamento e de intensificação que geraram modificações sobre o próprio desejo sexual.

A psicanálise pode ser caracterizada como a ciência da sexualidade por excelência, uma vez que a constituição do sujeito acontece, justamente, a partir da sexualidade, ou melhor, a sujeição à interdição de sua sexualidade. Ao incorporar o mecanismo da confissão, ela produz um saber que provém do indivíduo, sobre o indivíduo e do indivíduo sobre si mesmo (Foucault, 2003b). É este saber sobre si, no que diz respeito à sua sexualidade, que permite sua classificação, isto é, a partir da posição do sujeito frente à sexualidade, pode-se atribuir uma identidade fixa e classificá-lo em função de sua patologia: neurótico, psicótico ou perverso.

Longe de uma interdição da sexualidade, o que parece ocorrer ao longo do século XIX é um acentuado aumento de tipos diversos de sexualidade, as quais o autor denomina sexualidades periféricas. Podemos observar como resultante desta proliferação dos discursos sexuais um aumento do número de condenações judiciais das perversões, a associação de todo e qualquer comportamento sexual diferenciado a uma doença mental e o estabelecimento de uma norma que servirá de diretriz para o desenvolvimento sexual desde a infância até a velhice. Desta forma, construiu-se toda uma descrição e classificação em torno da normalidade sexual e de seus desvios, organizaram-se controles pedagógicos e aumentou-se o campo de atuação da medicina.

No século XVIII, três códigos prevaleciam na regência das práticas sexuais: as leis civis, o direito canônico e a pastoral cristã, os quais tinham na relação conjugal o seu maior foco de atenção. Estes três registros não faziam distinções entre as infrações às regras conjugais ou àquelas concernentes a genitalidade propriamente dita. Como exemplo podemos citar o fato de que não existiam penas diferenciadas para o adultério e para o adulto que molestasse sexualmente uma criança.

O surgimento desta explosão discursiva e as novas modalidades sexuais trouxeram conseqüências. As transformações advindas do conhecimento constituído a partir destes discursos se fizeram sentir de diversas formas. Talvez, a mais visível diga respeito a esta indiferença de classificação entre as infrações. A partir de então, estas infrações começam a passar por um crivo que as separam e as classificam de acordo com a sua modalidade de atuação. Cada vez mais, os dois códigos criados pelo Ocidente para lidar com a sexualidade começam a percorrer caminhos distintos, ganhando cada um o seu contorno definido. Na interseção

entre eles surgem os perversos, que escapam à apreensão das classificações ao ferir a lei e apresentar um desvio em sua natureza.

Temos, assim, um movimento paradoxal: por um lado, há uma maior indulgência com relação às questões jurídicas que passam a adotar critérios típicos da medicina, o que, conseqüentemente, faz surgir uma série de atenuantes para as condenações. Por outro lado, há um incremento nas formas de controle devido aos novos mecanismos de vigilância implantados nos campos da pedagogia e da medicina (Foucault, 2003b).

As implicações surgidas a partir desta intensificação dos discursos sobre a sexualidade se refletem em todos os campos do social. Podemos, por exemplo, observar repercussões deste movimento no seio familiar, onde ocorre uma alteração significativa no modelo centrado na aliança legítima. Embora o casal conjugal continue a ditar a norma, a monogamia deixa de ser tão reivindicada, abrindo um campo maior e mais diversificado de práticas e prazeres. As sexualidades periféricas conquistam um espaço diferenciado. Apesar de questionadas, rotuladas e condenadas, passam, também, a serem escutadas.

Foucault afirma que a classificação e a ordenação destas sexualidades periféricas busca excluí-las através da interdição de seus desejos, além de operar quatro formas distintas de proibição: a primeira operação diz respeito à sexualidade infantil. De fato, a atenção dada no sentido de coibir a masturbação infantil tornou-se uma intensa tarefa que passou a ocupar a maioria dos adultos, em especial o comprometimento de um grupo formado por médicos, pedagogos e pais.

Nesta missão, novos dispositivos de vigilância surgiram e todo um regime médico-sexual foi implantado em diversas instituições, tais como escolas, famílias, consultórios e hospitais. O que se percebe é que o hábito das crianças, mais do que algo a ser combatido, passa a ser um aliado. “Trata-se, aparentemente, de um dispositivo de barragem; de fato, organizam-se, em torno da criança, linhas de penetração infinitas” (Foucault, 2003b, p.43).

A segunda operação se dá com o surgimento das sexualidades periféricas. Há uma nova especificação dos indivíduos que acaba por acarretar a incorporação das perversões. Assim o que antes era uma questão de lei, mais precisamente de transgressão da lei, passa a ser reconhecido como uma característica do próprio

indivíduo, diz respeito à sua natureza singular. Desta forma, cada indivíduo, com sua natureza singular, origina um tipo diferente de espécie.

O que vemos é que este tipo de mecanismo, ao invés de suprimir estas sexualidades, dissemina-as, terminando por incorporá-las ao indivíduo. Podemos reconhecer a terceira operação quando consideramos que desta catalogação das espécies surge à necessidade de uma vigilância mais constante, exigindo uma proximidade maior com o indivíduo. Mediante exames e observações, a medicina passa a exercer uma função importante neste funcionamento do poder. Ao tomar a seu encargo a sexualidade, o poder adquire um incremento em sua eficácia e no seu campo de domínio.

As técnicas desenvolvidas e implantadas para barrar a sexualidade passam a ocupar a rotina de médicos, pedagogos, familiares, etc., e, tendo como função dizer não às sexualidades improdutivas, terminam por implementar uma dupla incitação: prazer e poder. Desde então, as relações entre pais e filhos, mestres e alunos, médicos e pacientes são permeadas por um jogo de forças entre captação e sedução, entre confronto e reforço recíprocos, intensificando cada vez mais os avanços dos mecanismos do poder (Foucault, 2003b).

A última operação aparece mais como uma conseqüência. São os dispositivos de saturação sexual que tem na família o seu maior exemplo. No século XIX a família se define cada vez menos por uma relação conjugal legítima, monogâmica e heterossexual. Em seu lugar reconhecemos a família como uma “rede complexa, saturada de sexualidades múltiplas, fragmentárias e móveis” (Foucault, 2003b, p.46).

Para o autor, isto significa que não se podem reduzir as relações familiares à relação conjugal e estendê-las na forma de uma projeção de desejos interditos sobre as crianças, visto que este modelo não consegue dar conta das sexualidades concernentes a este dispositivo. Fica claro que, longe de ser uma reprodução do modelo repressor, a família é um dispositivo de multiplicação das relações de poder. As sexualidades periféricas não são resultantes de um poder que procura inibi-las, mas são o resultado de múltiplos dispositivos de poder que atuam sobre os corpos dos indivíduos. O que estamos dizendo é que este determinado tipo de funcionamento do poder, através de técnicas e estratégias que lhe são próprios e característico de um certo momento histórico, atua de forma a produzir modos de subjetivação. Vejamos as palavras do autor:

Trata-se, antes de mais nada, do tipo de poder que exerceu sobre o corpo e o sexo, um poder que, justamente, não tem a forma de lei nem os efeitos de interdição: ao contrário, que procede mediante a redução das sexualidades singulares. Não fixa fronteiras para a sexualidade, provoca suas diversas formas, seguindo-as através de linhas de penetração infinitas. Não a exclui, mas inclui no corpo à guiza de modo de especificação dos indivíduos. Não procura esquivá-la, atrai suas variedades com espirais onde prazer e poder se reforçam. Não opõe uma barreira, organiza lugares de máxima saturação. Produz e fixa o despropósito sexual. A sociedade moderna é perversa, não a despeito de seu puritanismo ou como reação à sua hipocrisia: é perversa real e diretamente (FOUCAULT, 2003b, p.47).

Não é uma luta do poder para dar conta ou se apropriar de uma sexualidade escondida através de um saber, é a própria sexualidade que é produzida pelo poder. A sexualidade é apenas um dos dispositivos do poder, talvez o mais maleável, e que consegue, justamente em função de sua maleabilidade, recobrir a maior parte do campo social. Neste dispositivo encontramos a estimulação dos corpos, os prazeres intensificados, o estímulo à produção de conhecimento e de discursos, a intensificação de controles e pontos de resistências articulados, de acordo com as estratégias de saber-poder, em forma de rede (Foucault, 2003b).

Foucault insinua que todas estas transformações parecem estar a serviço de um interesse econômico maior: garantir a produção de uma sexualidade economicamente útil e de uma população politicamente conservadora (Foucault, 2003b). Podemos então dizer, em conformidade com o autor, que o surgimento de um novo saber sobre o sexo e o indivíduo proporciona um aumento do controle e, conseqüentemente, do poder sobre a população.

Desta forma, a psicanálise se apresenta como uma ciência produzida pela atuação de diversos mecanismos de poder que incidem sobre os corpos dos indivíduos, estabelecendo um determinado modelo de subjetivação que se mostra adequado aos interesses econômicos. Estabelecendo identidades fixas, classificando e ordenando as sexualidades desviantes, produz uma norma. A sexualidade torna-se uma questão a ser administrada. E será esta normatividade que guiará as políticas de administração do Estado que visa a gerir a vida da população. Mais uma vez temos uma articulação entre poder-saber-corpo constituindo uma aliança que produz modos de subjetivação.

Percebemos, então, a partir do século XIX uma sociedade da normalização na qual o poder tomou posse da vida e estendeu seus domínios sobre o orgânico e

o biológico, sobre o corpo e a população, que permeia o individual e o coletivo numa implicação constante dos campos político, social e econômico. Para Foucault o que está em jogo no poder disciplinar e no Bio-poder é a condução de condutas. O autor nos informa que devemos compreender conduta como “o ato de ‘conduzir’ os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades” (Foucault, 1995, p.243-244). Assim sendo, o exercício do poder consiste menos em um confronto direto entre adversários, e sim na condução de condutas, em ações que tenham por finalidade intervir de uma maneira mais ou menos calculada sobre as possibilidades de ações dos outros, ou seja, o que se busca é estabelecer um certo tipo de controle e ordenamento sobre os comportamentos dos indivíduos de forma que seja possível instituir um determinado grau de ingerência sobre suas ações (Foucault, 1995).

Para o Estado, os seres humanos interessam na medida em que constituem um recurso que pode contribuir para aumentar sua força e, conseqüentemente, seu poder. Desta forma, passa a ser importante para o Estado preocupar-se com as vidas e mortes, alegrias e tristezas, trabalho e miséria a que os indivíduos estão submetidos, na medida em que estas informações podem se tornar politicamente úteis (Dreyfuss & Rabinow, 1995). Desta gama de informações originaram-se vários tipos de saber correlativos a este tipo de poder.

Há aqui uma característica do pensamento de Foucault que gostaríamos de ressaltar: a afirmação de que o poder deve ser visto como produtivo. Para o autor, tanto o indivíduo, como o conhecimento que deste advém, são produções do poder (Foucault, 2003a). O poder produz jogos de verdade e uma luta de forças na qual estamos colocados uns em relações aos outros, em posições estratégicas, mas nunca fora de relações de poder. Desta forma, o autor, mais do que nos mostrar sua capacidade de positivar as relações de poder, nos coloca frente à valorização da resistência como forma de transformação social. Se o poder para Foucault é sempre produtivo, é exatamente esta característica que possibilitará aos indivíduos resistirem aos mecanismos coercitivos presentes nas relações que estabelecemos conosco e com os outros. A resistência surge exatamente onde ocorre uma captura e é sempre primeira: os seus efeitos fazem com que as relações de poder se alterem (Foucault, 1984a).

Segundo Foucault, aquilo que define uma relação de poder é um modo de ação que não age diretamente sobre os outros, mas sim sobre uma outra ação. Como já dissemos: ações sobre ações. O autor também afirma que o que age diretamente sobre o corpo é a violência que visa submeter, destruir, quebrar ou pelo menos reduzir tudo que lhe faça resistência e que pressupõe um pólo de passividade. Toda relação de poder pressupõe a existência de dois pólos e é necessário que se exerça sobre um campo formado por comportamentos de um ou mais sujeitos ativos, isto é, é imprescindível que haja resistência, em um sistema aberto, com possibilidades de construção de linhas de fuga. Como nos diz o autor:

Uma relação de poder, ao contrário, se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis por ser exatamente uma relação de poder: que “o outro” (aquele sobre o qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como o sujeito da ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis (Foucault, 1995, p.243).

Desta forma, o poder não é algo maciço que se exerce de forma universal, mas algo que é construído, modificado, transformado pelas resistências que lhe são impostas. E é a partir da análise destas resistências que podemos ter conhecimento dos mecanismos e estratégias que lhe são próprios. Ao pressupor que há uma resistência anterior ao poder, estabelece-se uma dimensão de liberdade que é inerente ao exercício do mesmo.

Se as relações de poder se alteram a partir das resistências que lhe opomos, e se a constituição da subjetividade é marcada pelas relações de poder que incidem em nossos corpos, estamos frente à idéia de uma subjetividade que se encontra permanentemente em processo.

A subjetividade como devir introduz o indivíduo em uma dimensão de liberdade muito maior do que seria suposto. Trata-se, então, de procurar estabelecer relações estratégicas que primem pela fluidez, estabelecendo com frequência linhas de fuga que possibilitem romper com a rigidez estabelecida pelas relações de poder institucionalizadas. Se o poder se manifesta de forma múltipla através das redes de relações que se estabelecem, é da mesma maneira que a resistência encontra sua expressão. Diante da tentativa de captura pelos mecanismos do poder, cabe ao indivíduo e à coletividade buscar alternativas, multiplicar possibilidades, criar e inventar novos modos de relação, consigo e com o outro. E é essa possibilidade subjetiva de estar sempre se recriando, se

transformando, que nos parece extremamente interessante no que diz respeito a *Body Modification*.

Segundo Foucault, esta possibilidade se dá através do que denominou Estética da Existência, ou seja, a capacidade do indivíduo constituir a si mesmo como uma obra de arte (Foucault, 2002). Mas em que isto consistiria? Em uma prática de liberdade, um “voltar-se sobre si” na tentativa de adquirir um estilo próprio de vida. Para respaldar esta proposta o autor vai resgatar na moral presente na Antiguidade, antes do advento do Cristianismo, o exemplo de uma estética da existência que comportaria uma dimensão ética. A vontade de um indivíduo de se tornar um sujeito moral implicava na busca por uma ética da existência que se caracterizava por “um esforço para afirmar a própria liberdade e dar a sua própria vida uma certa forma na qual se poderia reconhecer e ser reconhecido por outros e onde a posteridade mesma poderia encontrar um exemplo” (Foucault, 1984d, p.290). E isto só ocorre na medida em que o indivíduo se insira em determinadas condições culturais e coletivas.

O que ressaltamos nesta perspectiva é que na Antiguidade existia um conjunto de práticas e exercícios que tomaram a forma de um preceito: “Cuidar de si”. Este preceito carrega uma dimensão pessoal, mas também denota uma dimensão ético-política coletiva, pois que as práticas de si se desenvolveram de forma a influenciar as formas de viver, as atitudes e os comportamentos, criaram procedimentos aperfeiçoados e ensinados, estabeleceram uma prática social que favorece as relações interpessoais e a comunicação, através de um modo de escrita que lhe é próprio (Foucault, 2002). Desta forma, apesar de propiciarem ao indivíduo um modo de ser singular, estas práticas figuram como intensificadoras das relações sociais.

Nas práticas de si, o corpo desempenha um papel bastante importante. Sob o preceito de cuidados médicos, uma série de regimes é prescrita aos indivíduos de forma a que cada um tenha uma atenção constante para consigo e para com o meio, pois efeitos positivos ou negativos para a saúde são atribuídos às interações entre os indivíduos e o meio que os cerca. Os preceitos deste modo de atenção a si e ao próprio corpo propõem um ajuste mais estrito da vida e uma solicitação de atenção ao corpo que se caracteriza por uma vigilância mais constante. Esta atenção pode ser descrita como uma “intensificação, muito mais do que uma mudança radical; aumento da inquietação e não desqualificação do corpo;

modificação da graduação nos elementos aos quais a atenção é dirigida, e não outro modo de perceber-se enquanto indivíduo físico” (Foucault, 2002, p.109). Segundo Foucault, esta atenção para com si e para com o corpo permanece até os dias atuais, tendo sido apenas mais desenvolvida e aprimorada.

Para o autor, não se trata de resgatar um modelo da Antiguidade para utilização na contemporaneidade, mas de pensar de que forma as práticas de si podem se colocar a favor da constituição da subjetividade nos dias de hoje. Trata-se, então, de estabelecer procedimentos, práticas ascéticas através das quais os indivíduos agem sobre si, sobre seu pensamento, seu corpo, seu espírito, seu modo de ser, cuja finalidade é atingir a felicidade, a sabedoria e até mesmo a perfeição.

Através das tecnologias de si os indivíduos acedem a modos de ser singular. É a dimensão de inventividade implicada nestas práticas, através das quais é possível ao indivíduo estabelecer, consigo e com os outros, relações não coercitivas ou normatizáveis, que possibilita um processo de subjetivação que permite escapar à tentativa de imobilização e fixação pelos mecanismos do poder (Peixoto Jr, 2000).

A questão que interessa a Foucault é a da multiplicidade de existências, modos de vida e relações possíveis. Ele acredita que a sexualidade é uma das maneiras de se estabelecer novas formas de relação e de criação. Porém, é necessário estar atento para que estas novas formas de relação, geradas a partir da sexualidade, não resvalam para um viés exclusivamente identitário. Seu pensamento mostra-se bastante radical quanto a necessidade de inventar a si mesmo constantemente. Na entrevista intitulada: “Sexo, Poder e a Política de Identidades”, ele aborda a questão da identidade como objeto de inúmeros questionamentos (Foucault, 1984a).

Segundo Foucault, a afirmação do indivíduo deve ser feita em termos de força criativa e não de identidade. O autor ressalta que a identidade pode ser vista de forma positiva quando se estabelece como um jogo, algo que visa a favorecer o estabelecimento de novas relações sociais ou de relações de prazer sexual que propiciem a criação de novas amizades. Porém, nos alerta para a possibilidade da identidade funcionar como uma coerção que limita as múltiplas possibilidades de relação. Isto ocorre quando a identidade apresenta um caráter fixo, o que, muitas vezes, impede a criatividade. Retomemos suas palavras:

Se devemos nos posicionar em relação à questão da identidade, temos que partir do fato de que somos seres únicos. Mas as relações que devemos estabelecer conosco mesmos não são relações de identidade, elas devem ser antes relações de diferenciação, de criação, de inovação. É muito chato ser sempre o mesmo. Nós não devemos excluir a identidade se é pelo viés desta identidade que as pessoas encontram seu prazer, mas não devemos considerar esta identidade como uma regra ética universal (Foucault, 1984a, p.27).

O que fica claro é que podemos estar sempre nos transformando em algo diferente do que éramos no início. Neste sentido, podemos pensar em identidades transitórias, que estejam remetidas a uma ética e não a um código que regule sua existência. Se esta identidade é transitória é possível estar constantemente se recriando e, com isso, estabelecendo novas formas de relações. O foco está sempre na subjetividade como processo, como devir, o que caracteriza o trabalho de uma vida. Esta parece ser a via de aproximação com o movimento da *Body Modification* onde o indivíduo permanece em constante mutação.

Para que possamos estabelecer de que maneira compreendemos as práticas da *Body Modification* como uma forma de constituição subjetiva própria da contemporaneidade e diferenciá-las das práticas das marcações corporais nas sociedades ditas primitivas será preciso definir o contexto histórico no qual se dá o seu surgimento. Este será o trabalho desenvolvido no próximo capítulo.